

BC independente

PRIORIDADE EM 93 SERÁ FORTALECER O BC E ACABAR COM TABELAMENTO DE JUROS

O fim do tabelamento dos juros reais em 12% ao ano é uma das prioridades do governo Itamar Franco para a reforma da Constituição, marcada para outubro de 1993. Outra prioridade é o fortalecimento do Banco Central, com o estabelecimento de mandato fixo para a sua diretoria, limitação de suas funções ao modelo clássico e a determinação de controlar com rigidez a atuação dos bancos federais e estaduais.

Segundo Haddad, o tabelamento de juros previsto na Constituição é um equívoco que deve ser sanado. Embora a meta do governo seja a de praticar juros positivos mais baixos, o governo não pretende forçar a sociedade a praticar taxas máximas ou mínimas. Haddad frisou também que o fortalecimento do BC dará ao órgão poder maior de controle da política monetária, fundamental para a queda da inflação.

O reforço do papel clássico do BC deverá se dar no quadro



José Paulo Lacerda

Haddad: fim do juro tabelado.

da regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro nacional. De acordo com o documento que traça as diretrizes de curto prazo, essa regulamentação será negociada com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que já discute um projeto de autoria do prefeito eleito do Rio de Janeiro, deputado César Maia.

O governo não quer deixar que a ação dos bancos oficiais

prejudique a política monetária, por meio da emissão forçada de moeda. Os bancos estaduais terão de cumprir metas de liquidez e de saneamento financeiro, deixando de emprestar recursos a seus controladores - os Tesouros estaduais -, e limitando suas agências às áreas imprescindíveis.

Os bancos federais não terão privilégios, segundo Haddad. O documento chega a insinuar que alguns poderão ser vendidos, mas o ministro do Planejamento evitou confirmar essa intenção, dizendo que era um "assunto delicado". O documento lista ainda outras metas do governo para a área financeira, algumas delas vinculadas à regulamentação da Constituição.

É intenção do governo, por exemplo, reestruturar o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), reduzindo seu déficit e buscando alternativas de financiamento; aperfeiçoar o mercado de capitais, e alterar a Lei das Sociedades Anônimas.